

O Ensino de Contabilidade no Brasil

Problemas e Soluções

Delci Grapeggia Dal Vesco, M.Sc.

Resumo

Esta pesquisa contempla um levantamento teórico do ensino da contabilidade no Brasil e uma abordagem dos principais componentes da problemática relacionada à educação contábil, apresentando algumas soluções para os problemas detectados. Para tanto, procurou-se compreender a evolução histórica do ensino da Contabilidade no Brasil. Seu objetivo é efetuar uma análise situacional do ensino da contabilidade no Brasil, por meio de uma pesquisa exploratória. As principais observações identificam a necessidade de melhoria no processo educativo, principalmente no que tange às avaliações e qualificações dos formados em contabilidade e seus professores; apontam-se também fatores relevantes quanto à educação profissional continuada; exame de suficiência e exame nacional de cursos.

Palavras-chave: ensino da contabilidade, educação profissional continuada, instituições de ensino superior.

1 Introdução

A compreensão atual da contabilidade requer um entendimento do significado de ensino e aprendizagem produzidos pelas instituições de ensino superior. Sendo a universidade a produtora do saber, é notório que ela seja o centro do desenvolvimento científico.

Ao desenvolver o tema “O ensino da contabilidade no Brasil: problemas e soluções”, primeiramente é essencial situá-lo às novas demandas da sociedade, deparando os métodos tradicionais de ensino-aprendizagem, ainda utilizados pela maioria das instituições de ensino brasileiras, com as freqüentes novidades e modismos disponíveis à sociedade. Trata-se de um desafio, em termos de formação, dar equilíbrio a essa relação, a fim de que o método utilizado não fique obsoleto diante das novas técnicas.

Em contraste aos avanços dos processos de comunicação, da tecnologia, da globalização, da proliferação de máquinas e equipamentos, e todas as possibilidades de aplicação no desenvolvimento dos processos metodológicos de ensino-aprendizagem, chega-se à resposta de que o ensino no Brasil está obsoleto.

Em março de 2006 foi enviado ao espaço o primeiro astronauta brasileiro – Marcos César Pontes – cuja missão é realizar, no prazo de oito dias, junto ao Projeto de Construção da Estação Espacial Internacional, oito experimentos científicos, originários de diversas universidades e escolas, que precisam ocorrer em ambiente de microgravidade.

É fácil perceber que as pesquisas ligadas à física, medicina, biologia, química têm recebido incentivos governamentais de grande monta, porém as ciências sociais aplicadas têm ficado um tanto esquecidas. A contabilidade

também é uma ciência em evolução e merece atenção especial dos pesquisadores, uma vez que interage fortemente na sociedade.

Assim, do ponto de vista acadêmico, as pesquisas para o desenvolvimento científico contábil possuem custos ínfimos e são obsoletas?

Diante do contexto de evolução das demandas da sociedade, há também a necessidade de identificar o desenvolvimento da contabilidade. Para Oliveira (2003, p.20):

A contabilidade tem seu desenvolvimento pautado pelas mudanças na sociedade, nos meios de produção, nas modificações de suas maneiras de negociar e no desenvolvimento da Ciência Administrativa. [...] Esse desenvolvimento enfrenta hoje alguns desafios relativos à necessidade de adaptações às variáveis ambientais na forma de mudanças tecnológicas, rápidas transformações no ambiente de negócios, grandes blocos econômicos e globalização. (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Ao idealizar o desenvolvimento da contabilidade na sua totalidade, o autor afirma que o desenvolvimento é decorrente das mudanças na sociedade, ou seja, sua realidade está vinculada às necessidades atuais, devendo adaptar-se e transformar-se frente à globalização e suas tendências.

O brilhantismo desta visão crítica é destacado pela idéia apresentada no que tange ao tratamento dado à mudança no ambiente de negócios.

No entendimento de Hendriksen e Breda (1999, p.49):

Os programadores procuram refletir fielmente [...] idéias medievais nas telas dos computadores modernos. A contabilidade ainda está para tirar proveito das novas invenções que prometem revolucionar a divulgação financeira como hoje a conhecemos.

Ou seja, nos 500 anos desde que Pacioli escreveu seu livro, a contabilidade tem permanecido constante, porém o mundo sofreu uma revolução informacional que deveria ter afetado a contabilidade.

Ao trabalhar a evolução da ciência contábil, os autores afirmam que há defasagem entre as invenções e as aplicações. Nota-se uma lacuna entre a tecnologia disponível e sua utilização pela contabilidade. Será que os profissionais estão preparados às exigências futuras?

Neste aspecto, o objetivo deste estudo é efetuar uma análise situacional do ensino da contabilidade no Brasil, propondo como problema: **O ensino da contabilidade atende as necessidades da sociedade?**

Para isso será utilizado o levantamento em fontes secundárias, pois Mattar (1999) cita que este método



compreende levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, levantamentos estatísticos e levantamentos de pesquisas realizadas. A pesquisa exploratória com levantamento secundário dar-se-á através de referencial teórico.

2 Aspectos Históricos

Para poder caracterizar o ensino da contabilidade no Brasil, identificar e analisar seus problemas e apontar soluções, é relevante que se apresentem os aspectos históricos do sistema educacional contábil brasileiro.

Historicamente percebe-se que o sistema educacional brasileiro, de modo geral, absorveu a concepção de que ao produzir conhecimento o estudante deveria assumir uma atitude passiva, de espectador da realidade, enquanto as instituições de ensino e os professores se especializaram em ser os transmissores das verdades comprovadas na ciência.

Segundo Koche, o ensino superior surgiu entre os séculos XI e XV; no que tange ao espírito de ministrar conhecimentos, remonta ao século XVII. Nessa época a ciência era encarada como um conjunto de conhecimentos certos e verdadeiros. (1988, p. 11).

No Brasil colonial e imperial, a instrução superior era ministrada no exterior, nas Universidades de Paris e Coimbra, beneficiando apenas os filhos de famílias ricas. Em 1572 iniciaram-se os primeiros cursos superiores no Brasil.

Segundo Franco, nos séculos XVIII e XIX, o ensino de contabilidade caracterizou-se pelas aulas de comércio, formando contadores, desde 1754 até meados do século XIX. (1997, p.248).

Sintetizando a evolução cronológica, com o intuito de identificar os aspectos da evolução do ensino de contabilidade, na fig. 01 apresentam-se os principais fatos

históricos, cujos dados foram extraídos da Obra de Franco (1997).

Diante da evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil, existe um fato que merece destaque devido à sua relevância. Em 1945, o Decreto-Lei de 22/09, reformulou o ensino da contabilidade em dois níveis, a saber:

Nível médio – Técnicos de contabilidade e;
Nível superior - Bacharéis em Ciências Contábeis e Atuarias.

Neste momento faz-se necessário o entendimento sobre Instituição de Ensino Superior (IES). De acordo com a Lei n. 9.394/96, art. 52, “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

Marion (1996, p. 25) afirma que “a instituição de ensino superior é o local adequado para a construção do conhecimento, para a formação da competência humana”.

Assim, analisando as obras dos autores pesquisados, percebe-se a evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil.

3 Problemas e soluções

Com o objetivo de desenvolver resumidamente um estudo dos principais componentes da problemática relacionada à educação contábil, apresentando algumas soluções para os problemas detectados e sem a pretensão de esgotar o assunto, mas de pontuar os aspectos fundamentais.

Infelizmente o que se percebe é que a educação brasileira tem piorado com o passar dos anos, para promover melhorias no ensino, faz-se necessário tomar ciência das problemáticas e reconhecer que aprender é um processo contínuo.

Franco (1997, p. 233), aponta as principais causas e efeitos do deplorável estado da educação brasileira, a saber:

1. insuficiência, má distribuição e mau gerenciamento de verbas orçamentárias;
2. deficiente formação (cultural, técnica e pedagógica) de professores, bem como despreparo (cultural, intelectual e psicológico) de alunos;
3. carência e elevados preços de livros didáticos, não subvencionados;
4. falta de rigorosa avaliação periódica de cursos diplomados;
5. inexistência de teste de capacitação cultural e técnica (exame de suficiência) para habilitação ao magistério e às

Período	Fatos
Séc. XVIII e XIX	Aulas de comércio, desde 1754 até meados do séc. XIX.
1902	Fundada, em São Paulo, a Escola Prática de comércio em São Paulo, (Escola de Comércio Álvares Penteado – onde por várias décadas formou os principais líderes da profissão em nosso país) e da academia de Comércio do Rio de Janeiro.
1908	Instalação da Escola de comércio Álvares Penteado em novo edifício, no Largo de São Francisco, onde se formaram, durante várias décadas, os principais líderes da profissão em nosso país.
1924	I Congresso Brasileiro de contabilidade, realizado no RJ.
1931	O decreto nº. 20.158, de 30/06/1931, regulamentou o ensino comercial e tornou obrigatório o diploma para o exercício da profissão.
1945	Decreto-lei 7.988, de 22/09/45, contabilidade em dois níveis: superior e o médio.
1946	Fundação da FEA-USP – 1ª Instituição do curso de Ciências Contábeis e Atuarias.
Séc. XX	Influência da doutrina italiana, até meados do século XX.
Séc. XX	Obras dos professores: Horácio Berlinck e Carlos de Carvalho, pioneiros da literatura contábil no Brasil; Prof. Francisco D'Auria, um dos mais profícuos autores de contabilidade no séc. XX; Obras do Frederico Hermann Jr., um inovador da literatura contábil brasileira.
1948	A partir de 1948 obras didáticas do Professor Autor Hilário Franco
1950	Obras do Prof. Antonio Lopes de Sá.
1964	Prof. José da Costa Boucinhas implanta o método didático norte-americano, e as obras de Finey Miller, traduzidas e adaptadas na FAE-USP, transformando o enfoque italiano para o norte-americano.
1975	Primeira defesa de mestrado na USP
1985	Primeira defesa de doutorado na USP
2001	Ensino a distância: Resolução CNE/CES, de 03/04/01.

Figura 1 Evolução do Ensino de Contabilidade Principais fatos Históricos

Fonte: adaptada de (FRANCO, 1997, p.248)

o. falta de programas permanentes de educação profissional continuada (EPC), para professores e

profissionais.

Neste trabalho dar-se-á ênfase a três fatores, dos quais dois, parcialmente, foram implantados e extintos pelos órgãos reguladores: falta de rigorosa avaliação periódica de cursos diplomados – o extinto provão; e, inexistência de teste de capacitação cultural e técnica – o também extinto exame de suficiência.

O terceiro fator é a falta de programas permanentes de educação profissional continuada (EPC), para professores e profissionais. Parcialmente implantado pelo Conselho Federal de Contabilidade, válido aos auditores.

Com o intuito de mensurar a qualidade dos cursos do ensino superior, até o ano de 2002, havia uma forma de avaliação aplicada pelo MEC aos formandos de todas as IES (públicas e privadas), denominada de “provão”.

O Provão examinava os cursos oferecidos pelas universidades e faculdades brasileiras, classificando-os a partir do desempenho nas respostas às questões das provas.

Franco (1997, p. 242) corrobora com este sistema de avaliação quando argumenta que “as causas e efeitos da falta de rigorosa avaliação de cursos e diplomados são o baixo nível educacional em nosso país. [...] contribuindo para o descrédito do diploma e para a desvalorização de categorias profissionais”.

O autor supramencionado indica como soluções possíveis para a falta de avaliação dos cursos diplomados as seguintes sugestões:

a) reformular o sistema educacional brasileiro, no sentido de que a avaliação do aluno seja feita fora da escola pelo MEC, com o objetivo de evitar a desmoralização do ensino;

b) impedir a criação indiscriminada de novas faculdades e universidades sem avaliação de suas condições para ministrarem ensino;

c) apoiar a iniciativa do MEC, que estabeleceu o chamado “Exame nacional de cursos”, objetivando sanar graves irregularidades que vinham ocorrendo em algumas escolas; Todavia, fica aqui a seguinte indagação: se o Provão foi implantado, por que foi extinto?

Quanto aos aspectos profissionais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), avaliava seus futuros profissionais através do exame de suficiência, o qual também foi extinto a partir de 23/11/2004, quando foi realizado pela última vez.

Até 2004, 150.314 candidatos inscreveram-se para o exame de suficiência. O gráfico 01 representa a estatística referente ao resultado final do Exame II-2004, cujos dados foram retirados do site do CFC – estatística do exame de suficiência II-2004.

Com relação aos dados acima, o total de contadores aprovados monta em 72,46%. Já para os técnicos em contabilidade, o percentual de aprovação é de 42,51%.

Com a extinção deste modelo de exame, é necessário salientar que 27,53% dos candidatos, reprovados no exame de 2004, estão atuando na sociedade, exercendo a profissão de contador, sem habilitação de suficiência; fato inquietante.

Franco, também expõe sua preocupação quanto a isto quando escreve: “leis desatualizadas, inadequadas às exigências profissionais do mundo moderno, dão amparo legal a essas escolas e favorecem a ‘habilitação’ de indivíduos despreparados para o exercício da profissão”. (1997, p.244).

O autor ainda salienta que, para a almejada valorização profissional, precisa-se lutar que a habilitação profissional seja concedida a quem cumprir as seguintes exigências:

a) diploma emitido por escola reconhecidamente idônea e eficiente;

b) prova de estágio ou período de experiência prática;

c) exame de suficiência;

d) participação em atividades enquadradas como EPC.

Com a extinção do exame de suficiência, a responsabilidade de selecionar os profissionais ficou inteiramente a cargo da sociedade, que poderá fazê-lo por diversos critérios, nem sempre tão nobres e exatos, como o preço e/ou faixa salarial baixos, qualidade dos serviços prestados ou, até mesmo, pela lei da oferta e da demanda.

Têm-se notado que o critério mais utilizado pelas empresas e pessoas físicas idôneas e responsáveis, ao contratar um contador, é o da qualidade dos serviços prestados, fato que tem levado os contadores à busca da educação continuada, pois aprender é um processo vitalício.

As exigências de mercado,

Estatística exame suficiência II - 2004

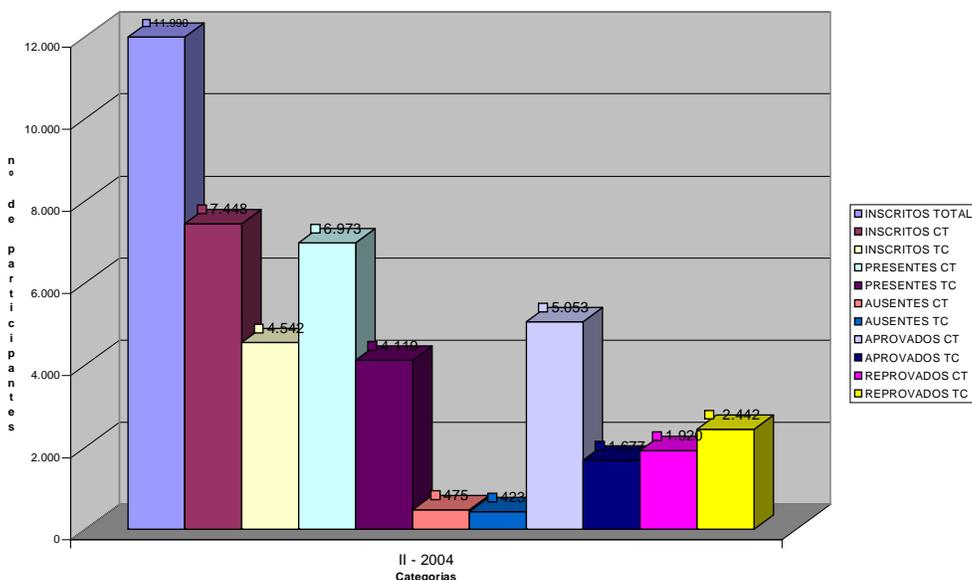


Gráfico 01 Estatística exame de suficiência II-2004

Fonte: adaptada (www.cfc.org.br – acesso em 02/04/2006)

Onde: CT – CONTADOR Nível superior e TC – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – Nível Médio

as transformações da sociedade, as mudanças nos meios de produção, as modificações no desenvolvimento da Ciência Administrativa, contribuem para a necessidade do conhecimento e para a busca por cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, os quais vêm auxiliar no desenvolvimento do profissional que busca a educação continuada.

Bud Kuleska, citado por Franco (1999, p.98) também argumenta:

Em termos práticos, muito pode ser feito para satisfazer as necessidades educacionais dos contadores do século XXI. Para consegui-lo, associações profissionais, Universidades e empregadores precisam trabalhar juntos para identificar mudanças e organizar um programa efetivo de ação. Serão necessários todos nossos esforços para nos mantermos atualizados, pois a rapidez das mudanças é crescente.

Neste aspecto realmente há um consenso: a educação continuada é a solução para atender às necessidades de adaptações e transformações frente à globalização imposta pelo mercado.

Nos tópicos seguintes serão caracterizados os aspectos referentes aos cursos de pós graduação lato e stricto sensu, principalmente por identificá-los como processo de educação continuada.

4 Cursos de Pós Graduação – Lato Sensu

Os cursos de pós-graduação lato sensu possuem caráter de especialização com duração mínima de 360 horas/aula, ficando sob responsabilidade da instituição definir o critério de seleção dos candidatos. Nesta modalidade não há exigência de que o candidato execute previamente um projeto, mas há necessidade de produzir uma monografia para concluir o curso.

Os interessados têm como exigência única a conclusão do ensino de nível superior até o término da especialização, lembrando que a especialização seja especificamente na área de formação do acadêmico. Por exemplo, um graduado em engenharia poderá cursar especialização em contabilidade, administração, recursos humanos, entre outras.

Conforme instrução do MEC:

Os cursos de pós-graduação lato sensu são voltados para o nível de especialização, mais direcionados à área profissional, de mercado, e com caráter de educação continuada. [...] Conforme a Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001, os cursos de pós-graduação lato sensu têm duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nestas não estando computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, nem o tempo reservado, obrigatoriamente, para elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso. (www.portal.mec.gov.br)

Sendo assim, a CAPES direciona os aspectos do curso de especialização. Os cursos de pós-graduação lato sensu geralmente têm um formato semelhante ao dos cursos tradicionais, com aulas, seminários e conferências, ao lado de trabalhos de pesquisa sobre os temas concernentes ao curso.

Há também as especializações à distância, para as quais

a CAPES orienta: a LDB preceitua o incentivo às iniciativas de ensino à distância em todos os níveis. As condições gerais para o funcionamento de pós-graduação sob esta modalidade de ensino foram fixadas pela Resolução CNE/CES, de 03/04/01.

5 Cursos de Pós Graduação – stricto sensu

São caracterizados como stricto sensu os cursos de mestrado e doutorado. Nos cursos de pós-graduação – stricto sensu, ao contrário das especializações, os interessados devem atender à exigência de executar previamente um projeto, e ao concluir o programa têm suas dissertações e teses qualificadas.

Na legislação vigente desde 2001, os seguintes aspectos para criação de cursos de mestrado ou doutorado são apontados como merecedores de principal atenção:

a) os cursos de mestrado e doutorado estão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previsto na legislação;

b) a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de mestrado e doutorado são efetuados mediante Portaria do Ministro da Educação, divulgada no Diário Oficial da União, homologando parecer favorável da Câmara de Educação Superior do CNE, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela CAPES;

c) as universidades, devido às prerrogativas de autonomia de que gozam, não necessitam de autorização do Poder Público para criar cursos superiores, inclusive de mestrado e doutorado, mas devem formalizar os pedidos de d) A autonomia das universidades para a criação de novos cursos não se estende aos cursos e campi fora de suas respectivas sedes. As universidades não podem, pois, criar ou oferecer cursos fora de sede sem a prévia autorização do Poder Público. Da mesma forma, os campi fora de sede necessitam da prévia autorização do Poder Público para criar cursos superiores, independentemente de estes serem, ou não, oferecidos em suas respectivas sedes.

d) o ato de reconhecimento de um curso pelo MEC/CNE aplica-se exclusivamente ao projeto avaliado pela Capes e considerado no parecer que fundamentou tal ato. Alterações substanciais na proposta de curso aprovada pela Capes – no que se referem tanto à concepção como às condições de oferta ou de funcionamento deste – devem ser objeto de prévia aprovação pela Capes. São, pois, ilegais as iniciativas que não atendam a tal exigência;

e) Os cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado oferecidos mediante formas de associação entre instituições brasileiras e instituições estrangeiras só poderão ser instalados após autorização do Ministério da Educação. (www.capes.gov.br – acesso em 02/04/2006).

Na fig. 02 apresentam-se os cursos de Mestrados/Doutorados reconhecidos e autorizados pela CAPES na Área de Ciências Súcias Aplicadas – Contabilidade.

No quadro da figura 2 é possível visualizar a existência de somente dois cursos de doutorado em contabilidade no Brasil, até 2006; um oferecido pela USP e outro pela UNB, com conceito cinco e quatro respectivamente.

PROGRAMA	IES	UF	CONCEITO		
			M	D	F
ATUÁRIA	PUC-RIO	RJ	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNB	DF	4	4	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FUCAPE	ES	-	-	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UFRJ	RJ	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UERJ	RJ	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	UNISINOS	RS	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FURB	SC	3	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS	PUC/SP	SP	4	-	-
CONTABILIDADE	UFPR	PR	3	-	-
CONTABILIDADE	UFSC	SC	3	-	-
CONTROLADORIA	UFC	CE	-	-	3
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	USP	SP	5	5	-
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	USP/RP	SP	3	-	-
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA	Unifecap	SP	3	-	-

Figura 2 - Mestrados/Doutorados (em contabilidade) reconhecidos

Fonte: adaptada de (www.capes.gov.br acesso em 02/04/2006)

Onde: [M]Mestrado Acadêmico, [D]Doutorado, [F]Mestrado Profissional.

Importante se faz enfatizar, segundo pesquisa efetuada no sítio da capes em 21/04/2006, que o curso de doutorado pela UNB está aguardando homologação pelo CNE.

Também na tabela há fortes evidências da escassez de cursos de mestrados em contabilidade uma vez que o número de cursos de graduação de Ciências Contábeis no Brasil é 1.040 contra doze mestrados acadêmicos.

Já o estado do Paraná possui 61 cursos de terceiro grau, e uma pós graduação stricto sensu.

6 Proposições Normativas e Positivas

A tradição do ensino da contabilidade no Brasil vem de uma linha normativista da qual as normas e princípios fundamentais da contabilidade prevalecem sobre o que ocorre especialmente na prática contábil.

Há certa dificuldade quanto ao reconhecimento das pesquisas contábeis. Sendo assim, Martins (2005, p.3), assim se expressa com relação ao normativismo versus Positivismo:

Nós, professores e profissionais mais velhos de Contabilidade, fomos educados no tradicional Normativismo Contábil. O que significou isso para nós? [...] tem por base a lógica dedutiva [...] calcada na definição prévia de uma Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, com seus Conceitos (Princípios) Fundamentais (Entidade, Regime de Competência etc.), nas características qualitativas das informações contábeis a serem observadas (Essência sobre a Forma, Oportunidade, Neutralidade etc.) e nas definições dos elementos básicos patrimoniais e suas mutações (Ativo, Passivo, Receita etc.).

Tem-se, principalmente no início dos anos 70, algumas publicações de uma linha diferente, a Positivista, [...], que pouco se preocupava com uma estrutura básica definida. Pesquisava, pura e simplesmente, o que de fato ocorria na prática; verificava se um dado procedimento contábil implicava em alguma alteração ou não no valor das ações das empresas, e daí deduzia sobre sua relevância, sem qualificá-la, conforme sua base teórico/conceitual. (MARTINS, 2005,p.3)

Alerta ainda Martins (2005) que a revista Accounting Review, no início da década de 60 publicava um ou outro

trabalho dessa natureza empírica, positivista, hoje não tem lugar para outro tipo de trabalho.

O Positivismo virou símbolo de pesquisa científica em Contabilidade, aponta o autor que o domínio da estatística e da matemática capazes de comprovar ou não hipóteses passou a ser tão importante às vezes mais, quanto infelizmente o conhecimento da Contabilidade propriamente dita.

Diante deste contexto, vale salientar para sociedade deveria ser relevante o conhecimento e suas evoluções. A forma como o produz é a opção de cada pesquisador. O conhecimento é a mola propulsora de desenvolvimento humano. O local propício para desenvolvê-lo são as instituições de ensino, principalmente as de nível superior.

Considerações Finais

Com vistas ao exposto, com relação ao ensino da contabilidade no Brasil, este ainda caminha a passos lentos.

Se de um lado a evolução tecnológica envolve o mercado, o ensino da contabilidade está aquém a essas transformações.

O ensino da ciência contábil pode perfeitamente ser melhorado, mas para isto precisa desprender-se dos velhos hábitos arraigados na cultura da maioria de seus docentes. Neste aspecto o objetivo de efetuar uma análise situacional do ensino da contabilidade no Brasil, fica limitado a poucas pesquisas desenvolvidas sobre o tema.

Quanto ao problema proposto nesta pesquisa, tudo indica que a educação continuada apresenta-se como a principal solução para atender à demanda da sociedade, com suas exigências e transformações constantes.

Destaca-se também a figura do contador que precisa não só estar preparado para a pesquisa, mas consciente do despertar do espírito científico da profissão na atualidade.

Deste modo, a classe contábil certamente ganhará maior reconhecimento de seus profissionais pela sociedade, os quais passarão a utilizar integralmente as habilidades e competências conquistadas através de cursos de elevado nível de qualificação e comprovada habilitação.

Referências

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: www.cfc.org.br - acesso em: 02 abr. 2006.
- MARTINS, E.. Normativismo e/ou Positivismo em Contabilidade: Qual o Futuro? R. Cont. Fin. – USP, n. 39. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, A.B.S.. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade. 1. ed. São Paulo. Saraiva. 2003.
- Schmidt, Paulo. História do Pensamento Contábil: 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- Lei n. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: www.prolei.inep.gov.br – acesso em: 21 abr. 2006.
- www.capes.gov.br - acessado em: 02/04/2006.
- www.portal.mec.gov.br - acessado em: 02/04/2006.



Delci Grapegia Dal Vesco, Esp.

Consultora e Professora Universitária
UNIVEL - Cascavel/PR
delci@drhs.com.br